

# Conselho da República substitui o CSN

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO



O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB - AM), decidiu ontem pela extinção do Conselho de Segurança Nacional e a sua substituição pelo Conselho da República, formado pelo presidente da República, presidentes do Senado e da Câmara, o primeiro-ministro, líderes da maioria e da minoria no Congresso Nacional, um ministro militar, em caráter de rodízio, representando anualmente cada um dos Ministérios, e seis representantes da sociedade civil — dois indicados pela Presidência da República e quatro votados pela Câmara e Senado.

A opção do grupo que formula um esboço de Constituição, segundo Bernardo Cabral, foi pela sugestão do Conselho da República, como está contido no parecer da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, e não pelo que decidira a Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições que mantinha o Conselho de Segurança Nacional com as suas atuais atribuições e criava o Conselho Constitucional, como um órgão de natureza política para assuntos de ordem política e paz social.

O Conselho da República, segundo a definição do relator, será convocado para decidir sobre a dissolução da Câmara dos Deputados — dentro do regime parlamentarista de governo adotado pela comissão —, nomeação e exoneração do primeiro-ministro, realização de referendo sobre matéria constitucional, declaração de guerra e celebração de paz, intervenção federal nos estados, e decretação das salvaguardas governamen-

tais de estado de defesa e estado de sítio, que substituem as atuais salvaguardas do Estado e medidas de emergência e o estado de sítio.

Também ficou decidido o papel do Supremo Tribunal Federal, como definido anteriormente pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que fica com a competência no que diz respeito à inviabilidade das garantias constitucionais, representando a instância constitucional, o que derrotou a proposta de criação do Tribunal Constitucional.

Como complemento, será criado o Superior Tribunal de Justiça, com algumas das atuais atribuições do Supremo Tribunal Federal e substituindo por completo, nas atribuições, o atual Tribunal Federal de Recursos, que deixa de existir. O relator destinou 36 vagas de ministro para o novo tribunal. Por ser considerado um órgão conflitante com as atribuições do STF e do STJ, não foi aceita a sugestão de criação do Tribunal de Garantias dos Direitos Constitucionais, da Soberania do Povo, da Nacionalidade e da Cidadania.

O relator Bernardo Cabral, que havia prometido para ontem, no fim da tarde, o término do exaustivo trabalho de compatibilização dos sete pareceres das comissões constitucionais temáticas e mais o da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, disse que somente hoje, "por volta do mesmo horário", é que poderá terminar o trabalho e entregar o primeiro "projeto" do que será a futura Constituição aos presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães, e da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Cabral foi contraditório ao informar sobre o número de artigos do projeto de Constituição elaborado pelo "grupo dos quatro" — os senadores Fernando Henrique Cardoso

(SP), Wilson Martins (MS) e José Inácio Ferreira (ES) e o deputado Nelson Jobim (RS), todos do PMDB —, afirmando que fora de 400 artigos, para se corrigir depois, e informar que foram 553.

## Preâmbulo

O deputado Bernardo Cabral também concluiu a redação do preâmbulo da futura Constituição, que vai submeter à apreciação do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, no qual afirma que "a soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder" e que "os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou por consulta".

É o seguinte o texto de Bernardo Cabral ao preâmbulo da futura Constituição:

"Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, firmam, no preâmbulo desta Constituição, o seu propósito de constituir uma grande Nação, baseada na liberdade, na fraternidade cristã, na igualdade, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da pátria está na educação, saúde e felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais, de que todos devem participar. Afirmam, também, que isso só poderá ser obtido com o modo democrático de convivência e de organização estatal, com repulsa a toda forma autoritária de governo e toda a exclusão do povo do processo político, econômico e social.

"A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou por consulta. O voto é secreto, direto e obrigatório, e as minorias terão representação proporcional no exercício do poder político", conclui Bernardo Cabral.



Cabral recebe documento dos grupo dos oito auxiliares. Hoje divulga esboço da Carta

## Segurança vai limitar acesso ao Congresso

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dentro de 20 dias, a Assembléia Nacional Constituinte porá em vigor rígidas normas que impedirão o movimento popular verificado até aqui. De acordo com o 2º vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (FDS-PA), o grande objetivo não é afastar o povo das votações, mas assegurar a integridade física dos constituintes e evitar o derramamento de uma única gota de sangue.

Para pôr em funcionamento o esquema de segurança apenas no interior do prédio, os 400 agentes da Câmara e do Senado terão de trabalhar (hoje, apenas 80 atuam). Mas não fica nisso, pois serão contratados mais cem homens e 50 mulheres, por critérios que a Mesa da Assembléia ainda não definiu. Na área externa que circunda o Congresso, as medidas de segurança serão decididas pelo presidente Ulysses Guimarães e, provavelmente, o GDF e as Forças Armadas deverão colaborar.

A primeira providência para acalmar as votações constituintes começará no Salão Verde, ante-sala do plenário, por onde só poderão passar deputados, senadores, funcionários e servidores e jornalistas credenciados. A segurança vai trabalhar desarmada e não deixará nenhum popular circulando.

O batalhão de lobistas que hoje praticamente integra a Assembléia ficará confinado no Salão Negro, um andar abaixo, onde poderão se reunir e discursar, "mas sem baderna". Quem quiser procurar seu constituinte terá de encontrar um emissário disposto a chamá-lo. Mas, para melhor organizar o grupo, cada entidade se dirigirá previamente à presidência da Assembléia, com uma antecedência de cinco dias.

Nas galerias, com 935 cadeiras, algumas das quais quebradas em virtude das últimas votações da Comissão da Ordem Econômica, o barulho será pequeno. Serão divididas em três seções, a menor das quais, com 200 lugares e no local mais alto e portanto mais afastado do plenário, para o povo. Para o acesso, os partidos terão senhas, cuja quantidade será proporcional ao número de constituintes por bancada. Na entrada, depois de passar por uma porta metálica detectora de objetos perigosos, o popular terá acesso, deixará a senha com a segurança e esta a devolverá ao partido.

O restante dos lugares nas galerias ficará para a imprensa; principalmente a televisão, e para convidados nacionais ou estrangeiros. A expectativa é de que sobre as cadeiras. Mas a imprensa credenciada, segundo o deputado Jorge Arbage, desde que com um crachá no peito, poderá andar livremente, inclusive nas laterais do plenário, como ocorre nas sessões normais.

## BUROCRACIA

O Regimento Interno da assembléia já estabelece normas de segurança, mas como foram consideradas genéricas, a Mesa decidiu arranjar outras. Por isso, na segunda ou terça-feira, a Mesa receberá as sugestões, depois de passarem por todos os líderes partidários. Em seguida, a Mesa editará um ato condensando as sugestões aprovadas e consideradas as mais adequadas para a segurança das votações na Constituinte.

Com o ato pronto, o deputado Jorge Arbage funcionará como corregedor e baixará portarias para disciplinar as normas, que buscam três objetivos principais: garantir a integridade física dos constituintes, a participação racional do povo e a colaboração da própria assembléia, para que haja tranquilidade. Ninguém poderá entrar com embrulhos no Congresso — a segurança vai recolher e abrir tudo.

## Prerrogativas iguais desagradam a juizes

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Juizes de todo o País estão insatisfeitos com o anteprojeto da Comissão da Organização de Poderes e Sistema de Governo, que estende aos defensores públicos, promotores e procuradores dos Estados as prerrogativas até hoje exclusivas dos magistrados: a vitaliciedade, irredutibilidade de salários e inamovibilidade (não podem ser transferidos). Além disso, o documento equipara os salários do Ministério Público (Executivo) aos dos juizes (Judiciário), prevendo aumento automático, na mesma proporção dos reajustes dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

"Fomos surpreendidos por esses dispositivos. Ou eles pretendem enfraquecer o Poder Judiciário ou então criar três novos poderes, que seriam a Defensoria Pública, Procuradoria dos Estados e Ministério Público." "A afirmação foi feita ontem, no Rio, por Hélio Augusto Silva Assunção, juiz da 1ª Vara de Falências e Concordatas e representante da associação dos magistrados fluminenses. Segundo ele, "se todos forem autoridade, ninguém será autoridade; se tivermos de atender a essas prerrogativas estendidas aos membros do Ministério Público, os processos serão de extrema morosidade, porque o juiz já não será a maior autoridade".

Hélio Assunção citou, como exemplo, a atuação do promotor que, durante o processo, estará disputando a condição de igualdade com o juiz. "Se o processo for de

crime, o promotor, com vantagens idênticas às dos juizes, vai competir com o advogado de defesa em condições desiguais." Depois, lembrou que as prerrogativas constitucionais dos juizes "não foram inventadas por eles, mas criadas no século XVII, na Inglaterra, durante a luta contra a monarquia absoluta, e representam uma garantia para que a Justiça atue de forma independente".

"Os juizes querem saber quais os critérios e argumentos usados pelos constituintes para decidir vincular funcionários públicos a membros do Poder Judiciário", afirmou Assunção, para em seguida indagar: "Se os parlamentares pensam em estender essas prerrogativas a promotores e procuradores, porque exercem funções jurídicas, então por que não beneficiar também os delegados de Polícia Civil e Federal e os procuradores da Fazenda e das autarquias?" Ele considera que os dispositivos do anteprojeto da comissão temática foram conseguidos através de "fortes lobbies por parte das categorias agrárias beneficiadas".

O juiz fluminense acredita que outros juizes tinham conhecimento do risco de os dispositivos serem aprovados, mas não poderiam fazer lobby devido a sua própria condição de magistrados. "Pertencemos a um poder da República desarmado; na Constituinte, ficamos ainda mais desarmados", lamentou Assunção, informado com a possibilidade de os juizes serem "rebaixados a funcionários públicos, apêndice do Poder Executivo". Além disso, ele prevê "o esvaziamento da categoria dos juizes, uma ambição para muitos promotores e procuradores".

## Reserva de mercado permanece

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A reserva de mercado para a informática e a possibilidade de "proteção" para as empresas nacionais em determinados setores serão asseguradas pelo anteprojeto que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, deverá entregar hoje ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O documento descarta quase que integralmente o texto sobre reforma agrária aprovado pela Comissão de Ordem Econômica. Desconsidera também muitas das disposições aprovadas para regulamentação da questão urbana e de transportes.

A definição de empresa nacional também será alterada por um conceito mais "avancado", enquanto serão mantidas as propostas de estabilidade no emprego sugeridas pela Comissão da Ordem Social e as 40 horas de trabalho semanais, proibindo a jornada diária por mais de oito horas. Bernardo Cabral disse ontem que procurou manter ao máximo a redação encaminhada pelas comissões temáticas. Só interferiu nas propostas repetitivas ou conflitantes. Neste último caso, optou pelo critério político, depois de ouvidas as lideranças partidárias. Os dez artigos que formam o capítulo "Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária", aprovado por 39 dos 64 votos da Comissão de Ordem Econômica, deverão ser substituídos por quatro itens do projeto da Comissão dos

## Direitos e Liberdades Fundamentais

relatado por Paulo Bisol.

Sem entrar no ponto mais polêmico da reforma agrária, o item que determina a posse imediata do imóvel pela União, após despacho do In-cra, será substituído pela proposta de Bisol, pela qual a propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado, com as seguintes condições:

a) A de bens de uso pessoal ou familiar é insuscetível de desapropriação, salvo por inarredável inte-



resse social, ou utilidade ou necessidade pública, mediante justa e imediata indenização, em dinheiro se assim exigir o expropriado;

b) A de bens de produção é suscetível de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessária à execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico, sejam eles da União, dos estados ou municípios, mediante justa indenização;

c) Os critérios para determinar o valor e a forma de indenização por desapropriação, constem eles da Constituição ou de leis, sempre levadas em conta o não uso, o uso meramente especulativo do bem desapropriado nos últimos três anos e, se bem de produção, a média de produtividade no mesmo período, além da significação econômica do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado, considerada a base de garantia de seus dependentes;

d) Os planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico dos municípios serão submetidos à apreciação judicial antes de iniciar as desapropriações necessárias.

Ficará a nível partidário a decisão se "a folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição", conforme consta do relatório de Almir Gabriel (PMDB-PA). Este artigo — o mais conflitante do relatório da Ordem Social — foi levado ontem ao conhecimento dos líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, aos quais caberá decidir a questão com Bernardo Cabral, ainda hoje.

Almir Gabriel já garantiu a criação do Fundo de Seguridade Social, porém com três ressalvas: exclusividade da contribuição sobre a folha de salários, contribuição incidente sobre a renda da atividade agrícola e à parte referente também ao salário-educação.

## UDR inicia hoje campanha para levar produtores à Constituinte

A União Democrática Ruralista começa hoje uma campanha de mobilização nacional destinada a reunir em Brasília, a partir do próximo dia 9, milhares de produtores agrícolas para acompanhar os trabalhos da Comissão de Sistematização que definirá os rumos da reforma agrária na nova Constituição. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, disse ontem em São Paulo que espera a manutenção, na futura Carta, das propostas aprovadas pela Comissão de Ordem Econômica.

De acordo com Caiado, o objetivo da concentração em frente ao Congresso não é pressionar os parlamentares nem promover confronto com grupos contrários. "A nossa meta — diz — é alertar toda a sociedade para o risco que corre a produção de alimentos com uma reforma agrária mal conduzida, sem política agrícola definida e anárquica. Por isso, toda essa sociedade está comprometida com a manifestação." Caiado repetiu que a UDR não é contra a reforma agrária.

A partir de hoje, quando reunirá cerca de 1.500 produtores em Barretos, a direção da UDR pretende percorrer as 120 regionais que a entidade já instalou em 17 Estados, com aproximadamente 114 mil associados. E acredita que até a véspera da instalação dos trabalhos no Congresso, tenha concluído a convocação geral.

Ronaldo Caiado reafirmou que a UDR não tem compromissos com nenhum parlamentar constituinte. "Nosso compromisso é com os produtores e com a sociedade, que consomem os alimentos que produzimos." Mas advertiu que a UDR não quer que os homens do campo, que trabalham, produzem e geram empregos "tenham sua imagem denegrada por alguns que pensam representar a sociedade brasileira, mas nunca fizeram nada por ela e são sustentados por transnacionais que não desejam o equilíbrio e a produtividade na agricultura".

Segundo ele, uma prova desse comportamento é a proposta que alguns constituintes apresentaram para fins de desapropriação, "exclusivamente destinadas a ampliar os latifúndios do Estado, hoje dono de 112 milhões de hectares, além dos 43 milhões que já desapropriou. Esses assentados, os parlamentares se esqueceram. Não cobram do governo nenhuma obrigação social, muito menos uma política agrícola".



Ronaldo Caiado

O presidente da UDR acredita que esses constituintes pensam apenas em seu próprio interesse "de desestabilizar o campo, desprezando o direito de propriedade, semear luta de classes e a revolução. Mas a Assembléia Nacional Constituinte não é o Politburo".

Outro exemplo de Caiado para os efeitos negativos da maneira como o governo vem conduzindo a reforma agrária é "a situação subumana em que vivem os 82 mil assentados nos 62 projetos já instalados pelo

Incrá, todos improdutivos. Os beneficiados vivem graças à ajuda oficial de um salário mínimo mensal que, quando é cancelado, trocam a terra por qualquer bugiganga e vão embora".

Caiado elogiou a atitude do governador Alvaro Dias, do Paraná, que não aceita mais a execução do Plano de Reforma Agrária em seu estado enquanto o governo não apresentar seu programa de política agrícola. "Os Estados — disse — não podem mais aceitar essa irresponsabilidade do governo federal, que penaliza as unidades mais produtivas da Federação, distribuindo terras a quem não é do ramo e, o que é mais grave, onde os homens do campo que tinham vocação foram forçados a vender suas fazendas para honrar compromissos bancários".

## PERIGO

A concentração em frente ao Congresso, para Caiado, reunirá produtores e toda a sociedade na esperança que os deputados mostrem à Nação que não são omissos e que "a Constituição não é o que os anarquistas querem. Não vamos deixar que uma minoria comprometa a imagem da Constituinte". Ele lembra que se o País escolheu a via capitalista, a iniciativa privada tem de ser prestigiada desde seu setor primário da economia — a agropecuária. "A UDR não permitirá que a reforma agrária seja o 'boi de piranha' da Constituinte", para satisfazer interesses de radicais em troca da aprovação de propostas que contem conservadores em outros setores.

"Por isso — concluiu Caiado — a sociedade precisa participar. Se o País é capitalista, ninguém deve se envergonhar de ser empresário da indústria, do comércio ou da agropecuária. A tradição de se defender o chamado 'lado mais fraco' tem de ser revista. Bem analisado, veremos que esse lado mais fraco é composto pelas vítimas dos radicais que as utilizam como massa de manobra, visando seus interesses."

**Clínica Dr. Tuffik M**  
 Prof. Dr. Tuffik Mattar - CRM  
 Dra. Elizabeth Olivéira Mattar - (C)  
 Ass : Dr. Telemaco Bellem - (C)  
 • Cardiovascular • Geriatria • In (aterosclerose)  
 Rua 7 de Abril, 282 - 11º Andar - Te

**ADVOCACIA**  
 Jefferson Perroni  
 Paulo de Aquino Machado  
 Testamentos - Doações - Inventário  
 Locações - Desapropriações - Sepa  
 Judicial - Divórcio - Alimentos  
 Rua Quintino Bocaiuva, 191, 3º, co  
 Tel. 34-1939